Imigração portuguesa e saúde: a fundação da Beneficência Portuguesa em São Paulo

Yvone Dias Avelino
PUC-SP

O PRESENTE ARTIGO pretende desenvolver a partir dos processos imigratórios da comunidade portuguesa para São Paulo a criação de instituições de prestação de assistências e socorros à parcela carente desses agentes e outros necessitados, tratando a rigor dos primeiros anos da criação da Beneficência Portuguesa, fundada por esses imigrantes. Para tanto, é necessário que entendamos os processos transitórios e as condições históricas que envolveram a vinda desses agentes sociais para o Brasil, especificamente à cidade de São Paulo.

Até meados de 1870, o Brasil era um país predominantemente agrário. Embora algumas cidades existissem como tal, e em algumas delas o processo de industrialização já estivesse em desenvolvimento, como no Estado de São Paulo, a paisagem rural era o cenário mais comum. A riqueza brasileira provinha, até então, da agricultura e da exportação desses produtos. Nas décadas finais do Século XIX, ocorreram grandes transformações econômicas e sociais que propiciaram as condições necessárias para a industrialização e para um desenvolvimento acelerado da urbe. Pequenos núcleos e cidades se expandiram, e novos centros se formaram, onde as chaminés de fábricas e conjuntos industriais os povoaram, modificando-lhes a feição pacata e imprimindo-lhes outros ritmos de atividades. Novas formas de viver surgiram ao lado da antiga do mundo agrário, onde a grande riqueza nacional havia sido o café.[1]

No oeste do Estado de São Paulo, a economia cafeeira se organizou em novas bases; ali a mão de obra empregada nas lavouras era imigrante e livre, em substituição à mão de obra escrava, adotada tradicionalmente até então. A economia cafeeira passou a ter um caráter capitalista, com o trabalho livre, a mecanização parcial da produção moderna, a rede de transportes viária e marítima, financiamento mais eficiente da lavoura, do comércio e da exportação desse produto. Muitos cafeicultores passaram a investir seus lucros em atividades urbano-industriais, diversificando seus interesses. Os

1 MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.

lucros altos obtidos com o café permitiram que eles passassem a aplicar capitais não só na agricultura, mas também no comércio, na indústria e nas finanças.

Em meados do século XIX, São Paulo especificamente ainda era bem provinciana. Não havia hotéis nesta pacata cidade. Dois restaurantes forneciam refeições avulsas, cujos nomes eram de seus proprietários: O *Charles* e o *Fontaine*. Em torno de 1857, funcionavam pequenas estalagens, onde se comia e se dormia, como a *Recreio Paulistano*, *Universal*, *Comércio*, *Paulistano* e a *Providência*. Uns tempos mais adiante, vieram alguns hotéis, uns poucos, mas à moda de Paris, como nos demonstrou Siwla Helena Silva.[2] Havia ainda pensões familiares e repúblicas de estudantes esparsas nas proximidades da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.[3]

A iluminação pública era a óleo de mamona. Altos lampiões piscavam e iluminavam algumas ruas do centro da cidade até às 21h00. A partir desse horário, quem necessitasse ou precisasse andar pela cidade, usava lampiões. O querosene veio substituir o óleo de mamona, pois clareava mais. Mas nas noites enluaradas, esses lampiões sequer eram acesos.[4] Pelas ruas passavam carros de boi bastante carregados de lenha e frutas. Vagarosos, vendiam-nas 'às carradas e às mocutas".[5] Pipas sobre duas rodas, puxadas por burros e cavalos, levavam água às residências, onde havia falta do precioso líquido. Eram os célebres *aguadeiros*.[6]

A imperial cidade de Anchieta e Nóbrega contava com uma comunidade luso/brasileira identificada pelo esforço, pelo trabalho e pelo sacrifício comum, onde nessa sociedade paulistana a vida transcorria pacata e despreocupada. O comércio era exercido na sua maioria por personagens de nacionalidade portuguesa. Predominava na comunidade um traço fundamental e característico – o espírito universal do luso-cristianismo.[7]

Já nas primeiras décadas da República, empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes e dimensões podiam ser vistos nas cidades em crescimento, como grandes fábricas, fabriquetas, oficinas pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transportes e de serviços vários. Em meados de 1920, o "mundo do trabalho" era imenso no Estado de São Paulo. A indústria têxtil apresentava-se como "a mais poderosa de todas as indústrias paulistas".[8]

Estimava-se que o número de cidadãos de várias nacionalidades vivendo como operários era grande para a época, e o número de fábricas e estabelecimentos industriais que os acolhiam era imenso:

---

2 SILVA, Siwla Helena. *Restaurant à moda de Paris: mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-1870)*. Dissertação (mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

3 FERREIRA, Tito Lívio. *História da Beneficência Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1959.

4 BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

5 Esta expressão significa que a venda de tais produtos era feita em pequenas e grandes escalas. Para tanto, cf. LOFEGO, Sílvio Luiz. *São Paulo na obra de Ernani Bruno*. São Paulo: Annablume, 2001.

6 SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

7 FERREIRA, Tito Lívio. *Op. cit.*, p. 29.

8 "A Indústria Paulista". *Correio Paulistano*, 9 de maio de 1930, p. 2.

> Em 1928, o Estado de São Paulo destacava-se como a unidade federativa mais industrializada do país. Segundo dados do Recenseamento Geral de 1920, São Paulo possuía em tal ano mais de 30% do número de estabelecimentos industriais e concentrava 27% do capital investido, 29% dos operários e 31,5% de todo o valor produzido no setor fabril doméstico.[9]

Do total de trabalhadores, mais de 55.000 eram autônomos: pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricistas, chauffeurs, carroceiros, padeiros, saqueiros, condutores de tração animal e jornaleiros em geral. O trabalho urbano era bastante heterogêneo, tendo operários industriais e urbanos, trabalhadores assalariados ou independentes, operários de grandes e pequenas indústrias, de oficinas de tamanho médio ou de "fundo de quintal". Nota-se, portanto, que as relações de trabalho na Capital do Estado de São Paulo eram bastante complexas a essa época.

Representantes da burguesia agrária nacional, especialmente ricos fazendeiros de café, diversificaram a aplicação de seus capitais investindo na indústria, e imigrantes que chegaram ao Brasil já com capitais e que se devotaram inicialmente aos negócios de importação, devido às facilidades de suas condições de estrangeiros (cultura europeia e domínio de línguas), logo se tornaram concorrentes, passando a aplicar também na indústria, fabricando produtos que antes eram importados. Muitos nomes de imigrantes influentes que se tornaram grandes empresários nos inícios da industrialização na cidade de São Paulo são bastante conhecidos, como Matarazzo, Crespi, Klabin, Jaffet, entre outros.

Com o surgimento da República, as indústrias se reúnem e fundam Centros e Associações, que vão zelar por suas conveniências: Centro Industrial do Brasil, Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP – 1928), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP – 1931) são alguns exemplos. Esses pioneiros mostraram extrema dureza no estabelecimento das normas e da disciplina do trabalho dentro de suas fábricas, e muita intransigência diante das reivindicações operárias.

A repressão foi a tônica nas relações do empresariado industrial com o operariado fabril, nos primeiros tempos da industrialização, tanto dentro quanto fora das fábricas.[10] Alguns industriais, tendo em mente uma maior produtividade e um melhor comportamento do operariado, buscaram implantar alguns supostos benefícios para o trabalhador, estabelecendo medidas repressivas no interior do espaço da fábrica e fora delas. Um dos mais famosos industriais a adotar tais práticas foi Jorge Street que, junto à sua fábrica de tecidos no Belenzinho, constituiu uma grande vila operária, com escola, creche, igreja, clube recreativo e esportivo. Era a Vila Maria Zélia, bastante conhecida em São Paulo e no país de modo geral.[11]

---

9 LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)*. Dissertação (mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2006, p. 32.

10 DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano – Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Atual, 1991.

11 TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

FIGURA 1. Cidade de São Paulo – Rua Direita, 1862

> Até 1860, as associações de auxílio não eram controladas pelo poder público. Consideradas de âmbito privado, organizavam seus próprios Estatutos. Datam desta época a Real e Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa, foco iluminador da presente pesquisa, e a Sociedade Artística Beneficente, fundadas em 1859, ambas com sede na cidade de São Paulo.
>
> A primeira lei sobre as associações mutualistas foi criada em Agosto de 1860. Estabelecia que as novas entidades a serem fundadas dependiam do parecer do Imperador no Rio de Janeiro e dos presidentes nas províncias. O poder público exigia das associações a elaboração de Estatutos, finalidades, valor da contribuição mensal, serviços prestados aos contribuintes, a forma de escolha dos dirigentes e os núneros e critérios de admissão dos sócios. Após a análise, a asso ciação era aprovada ou não pelo poder público.
>
> Com a aprovação dos estatutos, a sociedade passava a ter personalidade jurídica, adquirindo alguns benefícios, como a isenção do imposto do selo. A partir desta data, o controle do Estado efetivava-se sobre o mutualismo, tendo o governo inclusive o direito de indicar o presidente da sociedade.[12]

De 1890 a 1920, os imigrantes estrangeiros, e seus filhos nascidos no Brasil foram a maioria da classe operária urbana em São Paulo, Santos, cidades do interior e Rio de Janeiro. O modo de vida desses imigrantes era bastante semelhante ao das camadas mais pobres da população, o que facilitou nas cidades mais industrializadas uma união em torno de interesses e objetivos comuns. Diante do penoso

12 PASCAL, Maria Aparecida Macedo. "Associativismo português na construção da metrópole de São Paulo: trabalho, gênero e cotidiano". *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16-18 de setembro de 2004.

cotidiano dentro e fora das fábricas, o operariado se mobilizou e resistiu de várias maneiras: produção boicotada, furto e sabotagem nas fábricas registrados pelos organismos patronais, indiferença e desobediência perante as normas, os preceitos e os valores instituídos pelos setores sociais dominantes.

Inúmeras greves eclodiram, como a dos portuários em Santos, em 1904; a dos ferroviários em São Paulo, em 1906; a greve pela jornada de trabalho de oito horas diárias, em São Paulo, em 1907, também em função das novas medidas parlamentares adotadas, visto que alguns desses políticos também eram os mesmos donos das indústrias.[13] O movimento operário ressurgiu com maior força entre 1917 e 1920, sendo que em 1917, houve a maior e mais importante greve paulistana, com grande movimentação popular e grande alcance político.[14]

FIGURA 2. Cidade de São Paulo – Instalação de trilhos de bonde. Rua Direita, 1900

FIGURA 3. Cidade de São Paulo – Procissão na Rua Direita, 1910

Diante desta contextualização, voltemos àquela São Paulo pacata dos anos do Império. É neste ponto que trazemos à tona nosso foco de pesquisa. Ao se iniciar o ano de 1858, neste ambiente de serenidade até então, das carroças de boi pelas vilas, quando o silêncio noturno envolvia a cidade após as labutas do trabalho do dia, quando uma ideia germinou na cabeça do caixeiro Luís Semeão Ferreira Vianna, comerciário do estabelecimento de Manoel de Paiva Oliveira, cuja loja funcionava na Rua do Rosário, que depois passou a chamar-se Rua da Imperatriz, e que após a Proclamação da República recebeu o atual nome de

13 Cf. Lei nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, promulgada por Adolfo Gordo, que previa deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo, o comunismo, ou que lutassem por seus direitos: Disponível em: <http://recollectionbooks.com/bleed/ArchiveMirror/ArquivoDeHist%F3riaSocialEdgarRodrigues/Lei%20Adolfo%20Gordo.htm>.

14 KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.

15 de Novembro. Este pensamento não o abandonou durante todo o dia e, à noite, deitado sobre o balcão, cuja tábua dura lhe servia de cama e colchão, parafusava sobre o assunto que, na sua alma jovem e inquieta, cada vez mais se fortalecia – fundar uma sociedade portuguesa de beneficência, onde seus associados tivessem um hospital próprio, onde fossem acolhidos e recolhidos nas suas doenças e necessidades.

É sobre isso que vai conversar um pouco mais tarde com seu companheiro de balcão, também ainda adolescente, Joaquim Rodrigues Salazar. Ambos tomaram isso como uma tarefa, e trataram de levá-la adiante. Pobres, tímidos e desconhecidos, recearam falar com o patrão, e procuraram Miguel Gonçalves dos Reis, proprietário de uma charutaria ali perto, no Pátio do Colégio. Os três comungaram dos mesmos ideais e decidiram dar corpo e vida a esta ideia. Assim, Reis redigiu uma lista, datada de 16 de setembro de 1859, que ia conter os nomes das pessoas que passavam a ser sócias da instituída Sociedade Portuguesa Beneficente.

As grandes coisas nascem de pequeninos nadas. A ideia se avolumou, tomou forma e estes simples caixeiros mais tarde tornaram-se respeitáveis nomes no mundo comercial da comunidade portuguesa e da cidade de São Paulo. Em menos de 15 dias, mais de 168 nomes compunham a lista, e com a categoria dos caixeiros, ou dos comerciários, como se diz hoje, figurava na relação com 30 representantes. Dos comerciários assinantes, a maioria ficou desconhecida e ignorada, por terem se dispersado nos caminhos da vida. Entre eles apareceram vendedores de bilhetes, sapateiros, leiloeiros, seleiros, tamanqueiros, padeiros, artistas e apenas um industrial. 19 mulheres deram o tom da solidariedade feminina. A primeira reunião foi noticiada pelo jornal Correio Paulistano em 13 de outubro de 1959, e contou com a presença de 50 cidadãos portugueses:

> Ontem (ante-ontem) reuniram-se alguns cidadãos portugueses em número de 50 para o fim de tratarem da criação nesta capital de uma sociedade beneficente. Presidiu a reunião o Sr. Aires Coelho da Silva Gameiro [...] Aires Coelho era guarda livros da mesma casa de Luis Semeão.[15]

Presidiu a reunião o senhor Aires Coelho da Silva Gameiro, guarda-livros, hoje profissão essa conhecida como contador, e secretariou-o o senhor Casemiro Alves Ferreira, sendo na ocasião composta uma comissão que se encarregou dos Estatutos. Foi eleito o primeiro presidente dessa sociedade o condutor dos trabalhos, Gameiro, que se manteve no cargo durante os três primeiros anos da fundação. Acabou enriquecendo em função de seu trabalho, e tornando-se uma pessoa abastada e de prestígio entre as comunidades portuguesa e brasileira. Essa benemérita e grande instituição nasceu na inteligência humilde e simples daquele moço de 19 anos, Luís Semeão, talvez o "Vassoura" da Casa Paiva.[16]

Esta associação cresceu com o fermento adicionado ao empreendimento posterior de muitos portugueses ilustres. Foi instalada a sociedade, muitos foram seus sócios fundadores, redigidos os

15 *Correio Paulistano*, 4 de outubro de 1859.

16 Comércio existente até os dias atuais, localizado à Rua 15 de Novembro, próximo à Rua 25 de Março.

Estatutos e realizada a eleição para a formação do Conselho, do Presidente e seu Vice, Tesoureiro e seu Vice. Aprovados os Estatutos, noticiado pelo jornal Correio Paulistano, estava criada a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, que logo começou a prestar assistência social – caso de um escravo que foi atendido após sofrer açoites de seu dono. Muitos se comoveram com esse procedimento, e se agregaram, oferecendo préstimos como profissionais ou com doações.

Enfrentou esta sociedade grandes crises, como em 1960, a maior de todas, que culminou com a reformulação de seus Estatutos, e em 1861, quando o governo da Província de São Paulo nomeou um interventor que, por dois meses, dirigiu a Beneficência. Os sócios revoltaram-se, chegando a propor em assembleia a dissolução da associação. A Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência se manteve, mas perdeu alguns de seus parceiros. Profissionais da área de saúde se ofereceram para prestar atendimento à população, doações chegaram e a Beneficência se manteve em pé. Todas essas crises foram superadas, mantendo-se a prestação de auxílio aos sócios e aos necessitados.

Já em 1864, discutiu-se a fundação de uma "Casa de Enfermos", que mais tarde se tornaria um hospital. No ano seguinte, o Prior de São Bento ofertou um terreno à sociedade, que não foi aceito, pois não servia ao fim desejado. Depois de diversas ofertas de materiais, serviços e dinheiro, em Seção de 12 de dezembro de 1865, a Diretoria e o Conselho examinaram um terreno na hoje Avenida São João nº 19, que pertencia a Félix de Abreu Pereira Coutinho. Aprovadas as condições, foi efetuada a compra do espaço, intensificando-se as buscas por recursos para a construção do hospital. Até que a construção se efetivasse, o terreno foi alugado por 25$000, dinheiro da época, em benefício do patrimônio da sociedade. Esta continuou a prosperar, e foi proposta a construção do hospital na Rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias, em um terreno próprio. Foi lançada a pedra fundamental e, em 23 de maio de 1873 inaugurou-se o hospital, após 17 anos da ideia inicial daqueles dois jovens. Os donativos aumentaram o patrimônio da sociedade, e estava concretizado o ideal dos sonhadores de 1859. O Hospital São Joaquim chegou a ser visitado pelo Imperador, em 1886.

FIGURA 4. Hospital São Joaquim

No 39º aniversário da sociedade foi proposta uma homenagem ao seu idealizador, considerado morto. Mas Semeão, ainda estando vivo, pediu para que a notícia fosse corrigida, e recebeu nessa notificação o Diploma de Sócio Benemérito, além de um retrato pintado a óleo, que seria exposto na Associação, o que nunca ocorreu.

FIGURA 5. Luís Semeão Ferreira Vianna

Em 31 de julho de 1900, a sociedade recebeu um telegrama da cidade de Itatiba, comunicando, desta vez, a verdadeira morte de seu idealizador. No ano seguinte, a Real e Benemérita Sociedade homenageia Sua Majestade Fidelíssima. A ideia de homenagens é constante, como a que acontece a Eduardo Prado que, ao morrer, é lembrado como amigo de Eça de Queirós. As datas nacionais também eram motivos de festividades e homenagens. A morte de seus presidentes também, assim como o evento de inauguração do retrato de Dom Carlos de Portugal na sede da sociedade.

Em 1913 amadurece a ideia de um novo edifício hospitalar, com doações para essa construção vindas principalmente do Visconde de Nova Granada e do Conde de São Joaquim. Em 1936, recebe a sociedade um terreno para um novo hospital, na Rua Maestro Cardin nº 110 a 119, hoje Rua da Beneficência Portuguesa.

FIGURA 6. Hospital Beneficência Portuguesa

Em 23 de março de 1952, em uma imensa festa de confraternização, recebeu a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, onde a Virgem abençoa com a sua presença santa e inefável esse estabelecimento onde as dores humanas se redimem. Esse evento foi consolidado pelo ilustre empresário das indústrias de cimento Votorantin e, nessa ocasião, presidente do Hospital Beneficência Portuguesa, José Ermírio de Moraes.[17]

Além dessa significativa e benemérita instituição social, outras vieram à tona pelas mãos desses trabalhadores imigrantes, que fundaram espaços sociais, de saúde, educacionais e culturais na cidade de São Paulo, com desdobramentos para outras, até pelo país adentro. A Real e Benemérita Sociedade de Beneficência Portuguesa cresceu com e para a cidade de São Paulo, com o e para o Estado e para o Brasil, como imperecível monumento de solidariedade humana, traço característico do imigrante português.

Referências bibliográficas

BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e Tradições de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano – Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Atual, 1991.

FERREIRA, Tito Lívio. *História da Beneficência Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1959.

KHOURY, Yara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.

LOFEGO, Sílvio Luiz. *São Paulo na obra de Ernani Bruno*. São Paulo: Annablume, 2001.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)*. Dissertação (mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2006, p. 32.

MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. "Associativismo Português na Construção da Metrópole de São Paulo: Trabalho, gênero e cotidiano". *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16-18 de setembro de 2004.

RAGO, Maria Aparecida de Paula. *José Ermírio de Moraes: a trajetória de um empresário nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SILVA, Siwla Helena. *Restaurant à Moda de Paris: mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-1870)*. Dissertação (mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

17 RAGO, Maria Aparecida de Paula. *José Ermírio de Moraes: a trajetória de um empresário nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

Jornais

"A Indústria Paulista". *Correio Paulistano*, 9 de maio de 1930, p. 2.

Correio Paulistano, 4 de outubro de 1859.

Legislação

Lei nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, promulgada por Adolfo Gordo, que previa deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo, o comunismo, ou que lutassem por seus direitos. Disponível em: <http://recollectionbooks.com/bleed/ArchiveMirror/ArquivoDeHist%F3riaSocialEdgarRodrigues/Lei%20Adolfo%20Gordo.htm>.